

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM FEIRA DE SANTANA E TRAJETÓRIAS DE INDIVÍDUOS EGRESSOS DO CATIVEIRO (1871 – 1888)

José Luiz Brito dos Santos¹; Prof.^a Dr.^a Sharyse Piroupo do Amaral²

1. Bolsista PROBIC, Graduando curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: jlbrito_92@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade estadual de Feira de Santana, e-mail: sharyseamaral@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Feira de Santana; Fundo de Emancipação.

INTRODUÇÃO

O presente relato de pesquisa de Iniciação Científica é fruto das atividades desenvolvidas durante o período de 02 de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 no plano de trabalho denominado de “*Abolição da Escravatura em Feira de Santana e trajetórias de indivíduos egressos do cativeiro (1880-1910)*” - financiado pelo programa PROBIC-UEFS - e vinculado ao projeto **Catálogo e digitalização dos livros de notas do Tabelionato do 1º Ofício da Comarca de Feira de Santana (1830-1930)**, desenvolvido no Centro de Documentação da UEFS (CEDOC-UEFS) e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Elciene Rizzato Azevedo. O trabalho que se segue, orientado pela Prof.^a Dr.^a Sharyse Piroupo do Amaral, pesquisadora no referido projeto, se pautou na leitura da bibliografia específica sobre a historiografia da escravidão no Brasil, pesquisa arquivística, digitalização de documentos e análise de fontes variadas que versavam sobre o cotidiano das relações escravistas na cidade de Feira de Santana no último quartel do século XIX, dando especial atenção aos desdobramentos da legislação que aboliu o trabalho compulsório e suas implicações na vida dos cativos e libertos da região.

Apesar do recente impulso que deu vazão a importantes trabalhos no campo da escravidão e do período pós-Abolição no Brasil, algumas áreas interioranas, a exemplo do Agreste baiano, ainda apresenta um panorama de carência no que toca a quantidade de trabalhos que explicitem as peculiaridades e os reflexos do regime escravagista nessas localidades. Em função desse déficit historiográfico, algumas obras que se detiveram na análise de outros locais, acabam servindo como modelo interpretativo para as relações escravistas que se desdobraram nas áreas tidas como periféricas.

Nesse sentido, o presente trabalho dialogou com alguns trabalhos recentes que tem se dedicado a elaborar uma literatura revisionista incumbida de apontar a presença da mão-de-obra escrava no Agreste baiano e entender as “especificidades” desse regime na região de Feira de Santana a exemplo de Freire (2011) e Nascimento (2012). Além de outros trabalhos que se dedicaram a entender os desdobramentos das legislações emancipacionistas no Brasil do século XIX, dentre eles: Amaral (2007), Mendonça (2008) e Azevedo (2010).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os esforços desta pesquisa giraram em torno da tentativa de reconstituir as trajetórias de alguns indivíduos egressos do cativo na região de Feira de Santana durante o período do pós-Abolição. Para tais fins, pretendia-se aplicar o método chamado de “*ligação nominativa de fontes*”, ou seja, pesquisar e cruzar documentos diversos com o intuito de interpretar as trajetórias de sujeitos e famílias, nesse caso, escravos, percebendo algumas das ações/estratégias adotadas por esses sujeitos em diferentes espaços e temporalidade. Nesse momento, além da leitura da bibliografia clássica que versaram sobre a escravidão no Brasil – tentei encontrar os possíveis “rastros iniciais” de alguns sujeitos, buscados nos processos-crime contidos no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC-UEFS). Deparei-me assim, com uma quantidade ínfima de processos-crime (menos de uma dezena) ocorridos no século XIX.

A inexistência dos processos-crime que envolvesse escravos, fonte que havia idealizado como documento basilar da pesquisa, levou-me a repensar a documentação aplicável, bem como outros locais de guarda arquivística que atendessem ao escopo temporal do trabalho, fornecendo dados que permitisse inferir acerca do cotidiano das relações escravistas em Feira de Santana. Em função dessa necessidade buscou-se levantar dados sobre a documentação presente em locais como Centro de Documentação da UEFS, Arquivo Público do Estado Bahia e Museu Casa do Sertão. Nesses espaços foram levantados documentos diversos, entre os quais: correspondências oficiais de juizes e administradores de Feira de Santana, cartas de alforria, jornais e documentação relativa à Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana. Tais documentos versam sobre diferentes aspectos do último quartel do século XIX da região de Feira de Santana, tecendo pequenas brechas que apontavam para a

presença das relações escravistas e desdobramento do processo emancipacionista/jurídico na cidade.

Todos esses dados encontrados foram, por fim, cruzados com o Banco de alforrias digitalizadas – foram consultadas as que correspondem ao período de 1880 a 1885 - disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), em especial, os nomes citados pela lista de escravos libertados pela 5^o e 6^o cotas do Fundo de Emancipação no ano de 1885. Nessa tentativa de cruzamento de fontes não foi possível encontrar nenhuma carta de alforria cedida pelo Fundo de Emancipação, pelo menos nas que foram consultadas, que estivesse sob guarda do CEDOC na temporalidade correspondente. Porém, percebi que a riqueza de informações contidas no Fundo de Emancipação ajudaria a compreender os últimos anos da escravidão em Feira de Santana.

RESULTADOS

A pesquisa também demonstrou a presença de destaque da cidade de Feira de Santana dentro do quadro de distribuição de recursos destinados ao Fundo de Emancipação de Escravos do Império. Dentre os 73 municípios beneficiados na Província da Bahia durante a 5^o e 6^o cotas, apresentadas no ano de 1885, Feira de Santana foi a 5^o localidade com maior quantidade de recursos recebidos, sendo contemplada com a quantia de 12:782\$543, destinados à libertação de cativos. Essa quantia figurou entre as primeiras cidades, sendo que só ficou atrás das cotas disponibilizadas para cidades como Salvador e localidades do Recôncavo baiano, ou seja, áreas de grande concentração de escravos no cenário “nacional”, sobretudo, destinadas a produção canavieira.

Sendo que no quadro geral de todas as distribuições de recursos públicos destinados a emancipação de escravos na Bahia, entre os anos de 1876 e 1887, a posição da cidade subiu um posto - sendo a 4^a maior beneficiada - fator que resultou na libertação de 144 cativos, conforme as designações do artigo 3^o da Lei N^o 2.040 de setembro de 1871 (Lei Rio Branco/ “Ventre Livre”).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas nos documentos apresentados ao longo do relatório, nos levam a apontar a real presença da mão-de-obra escrava na cidade, e, para além disto, aponta para certos momentos da história da cidade que até então haviam sido

pouco problematizados, ou obscurecidos, como a aplicação da Lei do “Ventre Livre”, na figura do instrumento do Art. 3º denominado de “Fundo de Emancipação”, percebendo sua implicação na vida dos cativos da cidade.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Sharyse. **Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe (1860-1888)**. Salvador. Tese de Doutorado. UFBA, 2007.

AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província São Paulo**. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

FREIRE, L.C. M. **Nem Tanto ao Mar Nem Tanto a Terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)**. *Feira de Santana*, UEFS -Editora. 2011

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. 2ºed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si: histórias de liberdade no Agreste baiano oitocentista (Feira de Santana 1850 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2012.